

Economia

6,1%

ALTA DO PIB. É quanto cresceu a economia brasileira, revisada para cima pelo IBGE, que divulga os dados com defasagem de dois anos. Trata-se da maior expansão do país em 21 anos.

Voto de minerva. Relator diz que decisão final sobre royalties ficará nas mãos do presidente Lula

Estados elevam a pressão na briga pelo dinheiro do pré-sal

A cinco dias da decisão sobre a partilha, bancada insiste que governo divida a verba com quem produz

RITA BRIDI
rbridi@redgazeta.com.br

■ A próxima segunda-feira será o dia D para Estados e municípios que produzem petróleo e gás. É quando parlamentares e governadores do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, os dois maiores produtores do país, esperam a resposta do governo federal à reivindicação de aumentar a receita que virá da exploração da camada do pré-sal.

Com o projeto de partilha, o governo central ficou com a maior parte do dinheiro. Os produtores querem que a União reduza seu apetite e aceite aumentar o tamanho da fatia na divisão do bolo do pré-sal. As várias reuniões realizadas em Brasília nos dois últimos dias ainda não surtiram o efeito esperado pelos parlamentares que representam os Estados produtores.

A votação do relatório prevista para o início da noite de hoje não deverá acontecer, e a decisão final ficará mesmo para a próxima segunda-feira. O relator do projeto, o deputado Henrique Eduardo Alves,

manifestaram o seu repúdio ao relatório apresentado na Comissão Especial, alegando que o Espírito Santo terá grandes prejuízos e que o Estado "tem tido suas oportunidades de desenvolvimento periodicamente prejudicadas pela ganância do governo federal".

Em outro trecho da nota, os parlamentares reivindicam "que, além do aumento do percentual de royalties a ser repassado, os Estados tenham a manutenção dos percentuais de participação hoje vigentes para o pré-sal".

Apesar das indefinições, o senador Renato Casagrande avaliou, no início da noite de ontem, que as articulações feitas pela bancada apontavam a conquista de avanços. "Tenho o sentimento de que vamos conseguir recuperar um pouco da perda dos Estados produtores", disse o senador. Ele contou que, nos bastidores, circulava a informação de que o Palácio do Planalto estaria disposto a ceder um pouco em favor dos Estados produtores.

O deputado Lelo Coimbra disse acreditar em bons resultados nas reuniões que acontecerão hoje, incluindo a audiência com o ministro das Minas e Energia, Edison Lobão. Após mais um dia de reuniões, os

A nova lei do petróleo

O que está em questão nas comissões

1 Projeto da Partilha de Produção

Do que se trata. Pela proposta, o regime de partilha de produção passará a valer para o pré-sal e para áreas consideradas estratégicas. A Petrobras será operadora única do pré-sal e terá pelo menos 30% nos consórcios. Haverá nova distribuição dos royalties e acaba a participação especial, o que vem gerando polêmica, principalmente entre os Estados produtores.

A tramitação. Será negociado até hoje às 19h, quando será discutido e, possivelmente, votado na comissão especial. Se não for aprovado até terça-feira, segue para o plenário da Câmara. Será o primeiro a ser votado pelos deputados.

2 Projeto do Fundo Social

Do que se trata. Da criação de um fundo onde serão aplicados os recursos obtidos com o pré-sal. Entre as áreas beneficiadas estão saúde pública, cultura, meio ambiente, educação, ciência e tecnologia e combate à pobreza.

A tramitação. Foi aprovado ontem, na comissão especial que analisa a matéria, o relatório do deputado Antonio Palocci (PT-SP) sobre o projeto que cria o Fundo Social com recursos do pré-sal. O relator incluiu modificação no texto que destina, para o Fundo Social, 100% dos recursos de participação especial e royalties à União dos campos de pré-sal já licitados. No relatório anterior, o relator destinava apenas uma parcela desse recurso para o Fundo. O projeto agora está pronto para ir ao plenário da Câmara, o que deve ocorrer no dia 10 de novembro.

3 Projeto da Petro-Sal

Do que se trata. Da criação de uma nova estatal que vai fiscalizar os consórcios no pré-sal. Ela vai representar a União e terá poder de veto nas decisões das empresas que vão explorar o petróleo.

As propostas para os royalties

	Como é hoje	Proposta do relator	Contraproposta de Espírito Santo e Rio
Alíquota	10%	15%	15%
Municípios confrontantes	2,625	0,90	1,50
Municípios com instalações	0,875	0,30	0,30
União	3,00	4,50	1,00
Demais Estados e municípios	0,875	6,60	6,60

Quanto caberia aos Estados produtores

Como é hoje

2,625 pontos percentuais

Proposta do relator

2,7 pontos percentuais

Contraproposta do Espírito Santo e Rio

5,6 pontos percentuais

tado Henrique Eduardo Alves, já avisou que a definição sobre a distribuição dos royalties do pré-sal será do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Se a União achar que pode ceder, eu não farei oposição, mas a negociação agora é do governo federal com os governadores dos Estados produtores”, disse Alves. O relatório, apresentado na semana passada, acaba com a participação especial, que pode chegar a até 40% da produção e vai quase pela metade para Estados e municípios produtores.

REPÚDIO

Ontem, os integrantes da bancada federal, por meio de nota,

parlamentares capixabas constataram que a estratégia dos interlocutores do governo era a de ganhar mais tempo, o que tem duas interpretações.

Uma delas refere-se ao que pode ser um movimento do governo no sentido de deixar as bancadas dos dois Estados jogar todas as cartas na mesa para depois dar a resposta negativa. A outra interpretação era a de que a estratégia poderia sinalizar que o presidente Lula estaria precisando de mais tempo para avaliar a movimentação das representações dos Estados produtores e definir junto com sua equipe econômica o quanto o governo estaria disposto a ceder. (Com agências)

Instituto traz a Vitória diretor da Petrobras

■ ■ A convite da diretoria do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (Ibef-ES), Almir Barbassa, diretor financeiro da Petrobras, realiza amanhã almoço-palestra para executivos e empresários. A temática do encontro que acontece às 12h, no Cerimonial Ita-

maraty será “Pré-sal: os impactos econômicos e as fontes de financiamento”. Almir Guilherme Barbassa é bacharel em Economia pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. O executivo ocupa o cargo de diretor financeiro e de relações com investidores da Petrobras desde 21 de julho de 2005. É mestre em Economia pela Fundação Getúlio Vargas/RJ. Ingressou na Petrobras em 1974.

Capitalização vai a voto na terça-feira

Há um impasse sobre a possibilidade de uso do FGTS dos acionistas para injetar mais recursos na Petrobras

SÃO PAULO

■ ■ A comissão que discute o processo de capitalização da Petrobras decidiu adiar para a próxima terça-feira, dia 10, a votação do projeto que trata do tema. O principal impasse no projeto é a impossibilidade do uso do FGTS por acionistas minoritários no processo de capitalização. Na terça-feira, devem começar a ser votados em plenário os projetos que tratam no tema. Por isso, abre-se a possibilidade de que a

comissão não chegue a votar o relatório de João Maia (PR-RN) e o texto vá direto ao plenário.

O adiamento da votação foi pedido pelo líder do partido de Maia, o deputado Sandro Mabel (PR-GO). Ele disse ter encontrado problemas em sua bancada para fechar uma questão sobre o tema. “Dentro do próprio partido surgiram dúvidas em reunião que tivemos ontem na bancada precisamos de mais prazo para esclarecimento desta questão. Em função disso, nós pedimos o adiamento”.

O aporte de recursos total na Petrobras será o equivalente a 5 bilhões de barris de petróleo do pré-sal. (Agência Estado)

A tramitação. A Comissão Especial da Câmara que analisa o projeto que cria a nova estatal que vai administrar os contratos da produção do pré-sal aprovou ontem o texto básico do relatório, apresentado pelo deputado Luiz Fernando Faria (PP-MG). A aprovação se deu por meio de votação simbólica.

4 Projeto da Capitalização da Petrobras

Do que se trata. A União cederá, mediante pagamento, a exploração de até 5 bilhões de barris à Petrobras. Com os recursos que a estatal arrecadar com essa exploração, pagará à União, que vai emitir títulos e, com isso, aportar recursos na empresa. Os minoritários poderão aportar capital na mesma proporção de participação que detêm. Os trabalhadores que usaram o FGTS para comprar ações da Petrobras poderão participar da capitalização, mas não poderão usar o FGTS agora, só recursos próprios.

A tramitação. A comissão que discute o processo de capitalização da Petrobras decidiu adiar para a próxima terça-feira (10) a votação do projeto que trata do tema.



A Gazeta - Ed. de Arte - Gilson

Repercussão

O que eles disseram ontem sobre o marco regulatório do pré-sal

Cabral confirma conversa com Lula sobre partilha



■ ■ **SÉRGIO CABRAL, GOVERNADOR DO RIO**
O governo do Estado do Rio de Janeiro divulgou uma nota informando que o governador Sérgio Cabral (PMDB) conversou pelo telefone, ontem de manhã, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o texto, Cabral relatou as preocupações dos Estados do Rio e do Espírito Santo com o parecer do deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) sobre o regime de partilha do pré-sal. A conversa ocorreu antes do embarque do presidente para Recife e Londres.

Bancada busca novos aliados na divisão da verba



■ ■ **LELO COIMBRA, DEPUTADO FEDERAL**
Os integrantes da bancada capixaba participam de várias reuniões hoje em Brasília, na tentativa de aumentar para os Estados produtores a receita que virá do pré-sal. Mas a luta não será fácil, reconhece o deputado Lelo Coimbra. “Há um ambiente favorável para avançarmos nas negociações, mas vamos precisar da participação do presidente Lula”, admite. A estratégia dos parlamentares capixabas é convencer o relator do projeto a fazer as mudanças antes da votação final.

BNDES poderá gerir recursos do pré-sal no exterior



■ ■ **LUCIANO COUTINHO, PRESIDENTE DO BNDES**
O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) afirmou que a instituição poderá administrar os recursos provenientes do pré-sal no exterior. Segundo ele, o país receberá um fluxo relevante de capital nos próximos anos, sendo que uma parte não poderá ser internalizada para evitar flutuações indevidas no câmbio. A administração de recursos do pré-sal seria um dos papéis do BNDES a partir de sua nova base em Londres.

Palocci quer destinar mais verba ao Fundo



■ ■ **ANTONIO PALOCCI, DEPUTADO FEDERAL**
O deputado Antonio Palocci (PT-SP) resolveu aumentar o volume de recursos que serão repassados para o Fundo Social do pré-sal. De acordo com o relatório, aprovado ontem na comissão especial da Câmara, todo o dinheiro que o governo receber por meio da cobrança de royalties e participação especial dos campos no pré-sal que já foram licitados será depositado no fundo. Segundo o ex-ministro da Fazenda, o volume de dinheiro é “considerável”.